

## FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: Estatuto dos Benefícios Fiscais

Artigo/Verba: Art.21º - Produtos individuais de reforma

Assunto: Mobilização de PPR para pagar registos da aquisição de HPP

Processo: 28695, com despacho de 2026-02-05, do Diretor de Serviços da DSIRS, por subdelegação

Conteúdo: A requerente vem solicitar informação vinculativa informando que possui um PPR constituído em abril de 2021, do qual usufruiu de benefícios fiscais em sede de IRS.

Mais refere que é sua pretensão utilizar parte do montante acumulado neste PPR para proceder ao pagamento de despesas relacionadas com a escritura e registos prediais associados à aquisição da sua habitação própria e permanente, que será a sua residência efetiva.

Pelo exposto solicita confirmação da possibilidade de resgate parcial do PPR sem penalizações fiscais, ao abrigo do artigo 4º n.º 1 alínea a), subalínea ii) do decreto-lei n.º 158/2002 de 02 de julho, que prevê a possibilidade do PPR com menos de 5 anos, desde que os montantes sejam usados para efeitos de aquisição de habitação própria e permanente.

Mais requer que, em caso afirmativo, lhe seja indicada qual "a documentação necessária para apresentar junto da entidade gestora do PPR para que este reembolso seja considerado fiscalmente elegível."

### INFORMAÇÃO

1. O regime jurídico dos planos de poupança reforma está regulado no Decreto-lei n.º 158/2002, de 02.07, determinando o seu artigo 4º que: "1- Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os participantes só podem exigir o reembolso do valor do PPR/E nos seguintes casos:

- a) Reforma por velhice do participante;
- b) Desemprego de longa duração do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
- c) Incapacidade permanente para o trabalho do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar, qualquer que seja a sua causa;
- d) Doença grave do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
- e) A partir dos 60 anos de idade do participante;
- f) Frequência ou ingresso do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar em curso do ensino profissional ou do ensino superior, quando geradores de despesas no ano respetivo;
- g) Utilização para pagamento de prestações de contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do participante."

2. Por seu turno, estabelece o n.º 2 do artigo 4º do Decreto-lei n.º 158/2002, de 02.07 que "2 - O reembolso efetuado ao abrigo das alíneas a), e), f) e g) do número anterior só se pode verificar quanto a entregas relativamente às quais já tenham decorrido pelo menos cinco anos após as respetivas datas de aplicação pelo participante."

3. Estabelecendo o n.º 11 do artigo 4º do decreto lei suprarreferido que "11 - Para efeitos da alínea g) do n.º 1 são considerados: a) Os contratos de crédito à aquisição, construção e realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria e permanente; b) Os contratos de crédito à aquisição de terreno para construção de habitação própria e permanente; c) Os demais contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do participante."

4. Contudo, através da Lei n.º 19/2022 de 21.10 foi estabelecido um regime excecional, que veio acrescentar outras situações, permitindo a possibilidade de reembolso do PPR, PPE e PPR/E, em concreto no seu artigo 6º n.º 1, que determinou que "Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 a 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho, até 31 de dezembro de 2023 o valor de planos poupança-reforma (PPR), de planos poupança-educação (PPE) e de planos poupança-reforma/educação (PPR/E) pode ser reembolsado até ao limite mensal do IAS pelos participantes desses planos."

5. Posteriormente, a Lei n.º 24-D/2022, de 30.12, Lei do Orçamento de Estado para 2023, veio aditar o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 19/2022 de 21.10, passando a permitir que, durante o ano de 2023, fosse possível "o reembolso parcial ou total dos planos de poupança referidos no número 1 para pagamento de prestações de contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do participante, bem como prestações do crédito à construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente, e entregas a cooperativas de habitação em soluções de habitação própria permanente, sendo dispensadas da obrigação de permanência mínima de cinco anos para mobilização sem a penalização prevista no n.º 4 do artigo 21.º do EBF, à semelhança das situações referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho."

6. Seguidamente, a Lei n.º 24/2023, de 29.05, procedeu ao aditamento de um novo n.º 3 que dispõe: "O disposto no número anterior é igualmente aplicável para efeitos de reembolso antecipado dos contratos de crédito nele referidos até ao limite anual de 12 IAS."

7. Considerando o caráter excecional da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro, e a sua razão de ser, no contexto socioeconómico em que se integrava, foi, por Despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais n.º 28/2023-XXIII, de 30.01.2023, sancionado o entendimento que se divulgou no Ofício Circulado n.º 20251, de 07/02/2023, do Gabinete da Subdiretora-Geral do IR, e bem assim do Despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais n.º 77/2024-XXIII de 15.01.2024, sancionando o entendimento vertido no Ofício Circulado n.º 20267 de 26/02/2024, do Gabinete da Subdiretora-Geral do IR, os quais se encontram publicados para consulta no Portal das Finanças, e em concreto, esclareceu-se que: "3- (...) o resgate de planos de poupança, a coberto das situações previstas na lei, só pode beneficiar do regime excecional de não penalização fiscal, se corresponder a valores subscritos/entregas realizadas até à respetiva entrada em vigor dos diplomas. Assim:

i. No caso do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro, só pode beneficiar do regime excecional o resgate de entregas efetuadas até à data da entrada em vigor desta lei, ou seja, até 30.09.2022;

ii. No caso do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro, na redação introduzida pelo artigo 273.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, só pode beneficiar do regime excecional o resgate de entregas efetuadas até 31.12.2022, porquanto a Lei do OE/2023 entrou em vigor no dia 01.01.2023;

iii. No caso do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro, na redação introduzida pelo artigo 7.º da Lei n.º 24/2023, de 29 de maio, e, atento o disposto no seu artigo 12.º (segundo o artigo 7.º, o diploma entrou em vigor 30 dias após a publicação -

28.06.2023), só pode beneficiar do regime excecional o resgate de entregas efetuadas até 27.06.2023."

8. Puderam ainda os subscritores, atenta a prorrogação do regime excecional para o ano de 2024, efetuar o reembolso antecipado dos contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente, até ao limite anual de 24 IAS ( $24 \times 509,26\text{€} = 12\,222,24\text{€}$ ), por força da aplicação do artigo 313º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2024), que alterou o art.º 6 da Lei 19/2022.

9. Ora, o resgate de planos de poupança, a coberto das situações previstas na lei, só pode beneficiar do regime excecional de não penalização fiscal se corresponder a entregas realizadas nos períodos nelas previstos.

10. Face ao descrito, constata-se que estávamos perante regimes excecionais de não penalização fiscal, de resgates de PRRs antes os 5 anos de maturação, sendo que uma das despenalizações era a respeitante à mobilização para a amortização de crédito hipotecário associado à habitação própria e permanente, ou prestação do crédito à construção ou beneficiação de imóveis.

11. Em sede de benefícios fiscais, determina o artigo 21º n.º 2 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, doravante EBF, que os PPR são dedutíveis à coleta "(...) do IRS, nos termos e condições previstos no artigo 78.º do respetivo Código, 20 % dos valores aplicados no respetivo ano por sujeito passivo não casado, ou por cada um dos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, em planos de poupança-reforma, tendo como limite máximo:

- a) € 400 por sujeito passivo com idade inferior a 35 anos
- b) € 350 por sujeito passivo com idade compreendida entre os 35 e os 50 anos;
- c) € 300 por sujeito passivo com idade superior a 50 anos."

12. Determina o n.º 4 do artigo 21.º do EBF que "A fruição do benefício previsto no n.º 2 fica sem efeito, devendo as importâncias deduzidas, majoradas em 10 %, por cada ano ou fração, decorrido desde aquele em que foi exercido o direito à dedução, ser acrescidas à coleta do IRS do ano da verificação dos factos, se aos participantes for atribuído qualquer rendimento ou for concedido o reembolso dos certificados, salvo em caso de morte do subscritor ou quando tenham decorrido, pelo menos, cinco anos a contar da respetiva entrega e ocorra qualquer uma das situações definidas na lei."

13. Contudo, no caso em apreço, a questão centra-se na possibilidade de resgate parcial sem penalizações fiscais para o pagamento de despesas relacionadas com a escritura e registos prediais associados à aquisição da sua habitação própria e permanente.

14. Ora, conforme decorre das normas do regime excecional, que à presente data não se mostra vigente, as mesmas não abrangiam o resgate da PPR para pagamento de despesas de escritura e de registos prediais de aquisição de habitação própria e permanente, mas sim as relacionadas com a amortização do crédito de habitação permanente, pelo que não tem respaldo legal a sua aplicação no regime extraordinário sem que haja a penalização já mencionada, mesmo que inexistisse a limitação temporal já referida.

15. Face ao acima exposto, conclui-se que a utilização de valores aplicados em PPR para pagamento de pagamento de despesas de escritura e registos prediais não se encontra prevista no Decreto-Lei 158/2022, pois não se encontra elencada entre as situações expressa e limitadamente previstas no seu artigo 4º.

16. Em suma, caso a requerente opte por resgatar os PPR antes dos 5 anos, terá que repor o benefício fiscal auferido em sede de IRS, acrescido da penalidade de 10%, em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 21.º do EBF.